



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 178/XII/ 4.ª SL

Aos 15 dias do mês de outubro de 2014, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações e outros assuntos.
2. Continuação da apreciação da proposta do Plano de Atividades e Orçamento da Comissão de Assuntos Europeus para 2015
3. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que visa facilitar o intercâmbio transfronteiras de informações relativas a infrações de trânsito relacionadas com a segurança rodoviária [COM(2014)476], objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas.

Deputado Autor do Parecer: Francisco Freitas Gomes (PSD)

b) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Parecer da Comissão sobre a iniciativa tendo em vista um regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Decisão 2005/681/JAI que cria a Academia Europeia de Polícia (AEP) apresentada por Bélgica, Bulgária, República Checa, Alemanha, Estónia, Grécia, Espanha, França, Croácia, Itália, Chipre, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Hungria, Malta, Países Baixos, Áustria, Polónia, Portugal, Roménia, Eslovénia, Eslováquia, Finlândia e Suécia [COM(2014)7], objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Deputada Autora do Parecer: Catarina Martins (BE)

c) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Evolução da situação do mercado do leite e dos produtos lácteos



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 178/XII/ 4.ª SL

e da aplicação das disposições relativas ao «pacote do leite» [COM(2014)354], objeto de relatório da Comissão de Agricultura e Mar.

Deputado Autor do Parecer: Ivo Oliveira (PS)

4. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Eficiência energética e a sua contribuição para a segurança energética e o quadro político para o clima e a energia para 2030 [COM(2014)520], objeto de Relatório da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Autor do Parecer: cabe ao PS

b) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Como conseguir uma Europa aberta e segura [COM(2014)154], objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Deputado Autor do Parecer: cabe ao PSD

c) LIVRO VERDE - Aproveitar ao máximo o saber-fazer tradicional da Europa: a eventual extensão da proteção das indicações geográficas da União Europeia aos produtos não agrícolas Texto relevante para efeitos do EEE [COM(2014)469], objeto de Relatório da Comissão de Educação, Ciência e Cultura.

Deputado Autor do Parecer: cabe ao PSD

d) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Rumo a uma abordagem integrada do património cultural europeu [COM(2014)477] objeto de Relatório da Comissão de Educação, Ciência e Cultura.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 178/XII/ 4.ª SL

Deputado Autor do Parecer: cabe ao PS

e) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura e à aplicação provisória do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a União Europeia e as Ilhas Faroé, que associa as Ilhas Faroé ao Horizonte 2020 _ Programa-Quadro de Investigação e Inovação (2014-2020) [COM(2014)495] e Proposta de Decisão do Conselho relativa à assinatura e à aplicação provisória do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a União Europeia e as Ilhas Faroé, que associa as Ilhas Faroé ao Horizonte 2020 - Programa-Quadro de Investigação e Inovação (2014-2020) [COM(2014)496], objeto de Relatório da Comissão de Educação, Ciência e Cultura.

Deputado Autor do Parecer: cabe ao PSD

5. Apreciação e votação da Ata n.º 177/XII relativa à reunião de 30 setembro de 2014.

1. Informações e outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Paulo Mota Pinto (PSD), deu início à reunião, abordando os seguintes assuntos:

1.1 – Audiência concedida ao Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus da Roménia.

Teve lugar um encontro entre o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus da Roménia e uma delegação da CAE, composta pelos Senhores Deputados Vitalino Canas (PS), Vice-Presidente da Comissão, Nuno Matias (PSD) e Celeste Correia (PS), no dia 6 de outubro, às 15h00, na Assembleia da República.

De entre os assuntos tratados destacaram-se: a necessidade de aprofundamento das relações bilaterais, tendo em conta afinidades culturais e linguísticas; a aplicação dos fundos estruturais e de coesão no período 2014-

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 178/XII/ 4.ª SL

2020; os empresários portugueses e os investimentos efetuados na Roménia, no setor agrícola; a assinatura do acordo de associação com a Moldávia e as eleições que serão realizadas em 28 de novembro próximo; o papel a desempenhar pela nova Comissão Europeia, designadamente em matéria de crescimento e emprego; a aplicação dos princípios da subsidiariedade e de proporcionalidade e o diálogo político; os fluxos migratórios; a comunidade romena em Portugal; a situação na Ucrânia e também na Transnístria.

1.2 – Sobre a realização do encontro entre o Presidente do Comité Económico e Social Europeu (EESC), Senhor Henri Malosse, no dia 9 de outubro, às 18h00 e uma delegação da CAE, composta pelos Senhores Presidente da CAE, Deputado Nuno Matias (PSD), Ivo Oliveira (PS) e Rui Barreto (CDS-PP) sobre o tema relativo à industrialização e inovação, especialmente no que se refere ao relançamento do setor produtivo, os assuntos abordados incidiram nos seguintes:

O Presidente do CESE centrou-se nos objetivos da visita que efetuava aos Estados-Membros e na nova composição das instituições europeias; a sua ação estava direcionada para a coesão social e a cooperação e para o desenvolvimento económico da Europa; em relação a Portugal, gostava de saber como era encarado o papel da Europa nos próximos anos, tendo em conta a situação em que se encontrava; centrou-se nos temas relativos ao emprego, no âmbito dos programas de formação à inovação e à investigação; ao emprego jovem associado ao programa garantia-jovem; aos recursos financeiros das universidades; a necessidade de se criar um clima de confiança e de se suprimir a emigração forçada e também de criar novas atividades e novas empresas.

– Em conformidade com informação prestada pela Representante Permanente da Assembleia da República junto das instituições europeias, sobre o assunto relativo à Taxa sobre Transações Financeiras (FTT) foram mencionados os antecedentes e o ponto de situação atual da iniciativa em apreciação, com indicação da posição do Governo português, de acordo com a informação prestada pela REPER.

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 178/XII/ 4.ª SL

Estando prevista a tomada de uma decisão sobre o FTT no ECOFIN, a realizar em 7 de novembro, o Senhor Presidente submeteu à consideração dos Senhores Deputados a eventualidade da realização de uma reunião, na Assembleia da República, antes da referida reunião do ECOFIN, com vista às audições da Senhora Deputada ao Parlamento Europeu, Elisa Ferreira, e conhecedora da matéria, e do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, em conjunto com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP), no dia 28 de outubro.

Intervieram os Senhores Deputados António Rodrigues (PSD) para referir que, embora a mencionada Senhora Deputada tivesse já sido ouvida na Comissão sobre outra matéria, considerava oportuno e relevante a audição proposta; e Vitalino Canas (PS) para dizer que, sendo o tema relevante, qualquer que fosse o formato que viesse a ser adotado, seria de aceitar a reunião apresentada.

O Senhor Presidente, registando não existirem discrepâncias, ficou de entrar em contacto com o Senhor Presidente da COFAP, para efeito de articulação entre as duas Comissões.

1.4 – No âmbito do convite oriundo da Presidência Italiana do Conselho da União para participação na LII COSAC, a realizar de 30 de novembro a 2 de dezembro de 2014, em Roma, a delegação da CAE a designar seria constituída pelo Presidente da CAE, dois Deputados do PSD, dois Deputados do PS e um Deputado do PCP.

Desde logo foram indicados os Senhores Deputados Carlos São Martinho e António Rodrigues pelo grupo parlamentar do PSD, diferindo o PS e o PCP para mais tarde, informação sobre a respetiva representação.

Em complemento, foi informado que a representação do sexto membro seria indicada, respetivamente, ao CDS-PP, PCP e BE. Tendo cabido ao CDS-PP na COSAC de Varsóvia; ao PCP na COSAC de Copenhaga; ao CDS-PP na COSAC de Nicósia – porque o BE não tinha indicado nenhum Senhor Deputado, por incompatibilidade de agendas, tendo sido deliberado que passaria ao GP seguinte); ao PCP na COSAC de Dublin; ao BE na COSAC de



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 178/XII/ 4.ª SL

Vilnius e ao CDS-PP na COSAC de Atenas, na próxima Conferência estaria representado o PCP.

Os temas inseridos no programa da Conferência seriam os seguintes: Ponto de situação dos trabalhos da Presidência Italiana do Conselho da União Europeia; o futuro da democracia supranacional 5 anos depois da entrada em vigor do Tratado de Lisboa: qual o papel para as instituições europeias e os Parlamentos nacionais; a revisão da estratégia da Europa 2020: crescimento, emprego, competitividade; as perspetivas da integração europeia: o papel global da União Europeia e a projeção das suas políticas no Mediterrâneo e na Europa de Leste; o controlo democrático das Agências Europeias. Decorreria também um Fórum sobre a participação das Mulheres na COSAC.

O prazo limite para a inscrição seria o dia 24 de outubro de 2014.

1.5 – Sobre a Rede Europeia de Jovens Parlamentares com menos de 40 anos foi dada nota de que, durante o Forum interparlamentar de Deputados com menos de 35 anos efetuado em 5 de dezembro de 2013, em Bruxelas, no qual tinham participado os Senhores Deputados Duarte Marques (PSD), efetivo, e Rui Pedro Duarte (PS), suplente, tinha sido decidido desenvolver a rede de jovens membros das assembleias legislativas da Europa e do Parlamento Europeu, com vista a facilitar a troca de informação e a promoção de melhores práticas já prosseguidas nos respetivos Estados-Membros.

Em 20 de novembro próximo, em Roma, seria realizada uma reunião de Presidentes das Comissões especializadas para debate das matérias relativas ao emprego, inovação e investigação, no quadro da cooperação interparlamentar, organizada pela Presidência Italiana do Conselho da União.

Aproveitando a realização desse evento, o Intergrupo Juventude pretendia realizar, à margem daquela reunião, encontros laterais de jovens parlamentares com menos de 40 anos, com o intuito de discutir a formalização da mencionada Rede e a respetiva identificação de prioridades, na sequência dos compromissos assumidos na reunião de 5 de dezembro de 2013.

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 178/XII/ 4.ª SL

1.6 – De acordo com a Nota enviada pela Representante Permanente da AR junto das instituições europeias sobre a Audição Parlamentar da Vice-Presidente da Comissão e Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança indigitada por Itália, Federica Mogherini, em 6 de outubro de 2014, na Comissão de Assuntos Externos (AFET) do Parlamento Europeu - Subcomissões de Segurança e Defesa (SEDE) e dos Direitos do Homem (DROI) às 2.ª e 3.ª Comissões da AR, com conhecimento à CAE, a Alta Representante tinha começado por identificar o seu objetivo principal: moldar uma política externa comum através da definição de metas ambiciosas e de uma visão comum e da aposta na prevenção de conflitos. Em seu entender, o desenvolvimento de uma visão comum deverá ser preparada, desde o início, propondo-se para tal, visitar as 28 capitais dos Estados-Membros, nos primeiros meses do seu mandato. Nessas deslocações, a primeira das quais a Riga (no quadro da futura Presidência do Conselho da UE), tinha feito questão de sublinhar que não pretendia limitar estas visitas a contactos com as autoridades dos Estados-Membros, mas também reunir, em cada Estado-Membro, com os agentes que contribuem para a reflexão e definição da política externa, designadamente, sociedade civil, ONGs, centros de investigação e ainda com os meios diplomáticos.

Tendo conhecimento de que a Comissão de Defesa Nacional da AR iria manifestar o interesse no envolvimento das ações a realizar pela Alta Representante, na visita a Portugal, o Senhor Presidente submeteu à consideração da Comissão, a possibilidade de a CAE poder vir a associar-se a essas ações.

Nesse sentido, os grupos parlamentares presentes concordaram com a proposta apresentada.

1.7 – A próxima reunião da CAE teria lugar no dia 21 de outubro de 2014, às 15h00 e recordava-se que a I Parte da reunião seria preenchida com a audição a realizar com a Senhora Embaixadora do Reino Unido, em Portugal sobre o referendo na Escócia.

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 178/XII/ 4.ª SL

2. Continuação da apreciação da proposta do Plano de Atividades e Orçamento da Comissão de Assuntos Europeus para 2015

2.1 - Na sequência da reunião anterior o Senhor Presidente começou por dar conhecimento dos valores correspondentes às estimativas dos encargos relativos às propostas anteriormente apresentadas para a realização da visita de trabalho à Sérvia, ou à Sérvia e Montenegro, ou à Sérvia e Albânia de acordo com o inscrito no Plano de Atividades para 2015.

Em seguida, interveio a Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) para se referir, no contexto do pedido de reforço orçamental pela CAE, à necessidade de se dar atenção às questões orçamentais da Assembleia da República, uma vez que o orçamento da Comissão Nacional de Eleições tinha origem no orçamento da AR e para lembrar que não se podia alhear dos constrangimentos de outras Comissões.

O Senhor Deputado Vitalino Canas (PS) considerou que, tentando ser-se comedido nos gastos e referindo-se à hipótese menos dispendiosa para a Assembleia da República, concordava com a deslocação à Sérvia e Montenegro.

O Senhor Deputado José Ribeiro e Castro (CDS-PP) interveio para se referir à necessidade de se fazer uma gestão parcimoniosa das verbas do orçamento da CAE atribuídas às deslocações, no quadro das suas competências.

O Senhor Deputado António Rodrigues (PSD) no uso da palavra referiu que a proposta relativa à deslocação à Sérvia e Montenegro, inicialmente apresentada, tendo em conta os custos comparativos em apreciação, era a solução a considerar.

O Senhor Deputado José Ribeiro e Castro (CDS-PP) pronunciou-se sobre a questão relativa ao cabimento da verba necessária para a concretização da deslocação

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 178/XII/ 4.ª SL

O Senhor Presidente usou da palavra para deixar expresso que a opção tinha recaído na deslocação à Sérvia e Montenegro, bem como os termos da formulação da carta a dirigir a S. Ex.^a a Presidente da Assembleia da República – caso viesse a ser necessário solicitar reforço de verba - a Comissão, no âmbito das suas competências especiais deveria efetuar esta deslocação, antes do final da Legislatura, no primeiro trimestre de 2015, sendo que era a primeira a ser concretizada.

2.2 – Sobre o Seminário subordinado a um tema relacionado com as prioridades políticas da nova Comissão Europeia o Senhor Presidente informou que a proposta apresentada pelo grupo parlamentar do PCP tinha sido *O Tratado Orçamental e as suas consequências para o crescimento e desenvolvimento económico do país.*

Em seguida, interveio o Senhor Deputado Vitalino Canas (PS), para propor o tema sobre *A Agenda Europeia para o Crescimento e o Emprego*; António Rodrigues (PSD) para propor os temas referentes à *Revisão da Estratégia 2020* e à *Inovação, Investigação e Ciência*; e José Ribeiro e Castro (CDS-PP) para propor o tema sobre a *Situação e Governação da Zona Euro.*

O Senhor Presidente interveio para dizer que os temas apresentados constituíam matéria de reflexão para a Comissão e sintetizando, considerou a apreciação de duas sugestões de âmbito setorial - *A Agenda Europeia para o Crescimento e o Emprego* (PS) e *Inovação, Investigação e Ciência* (PSD) – e outras duas, de enquadramento financeiro - *Situação e Governação da Zona Euro* (CDS-PP) e *O Tratado Orçamental e as suas consequências para o crescimento e desenvolvimento económico do país* (PCP).

Embora houvesse denominadores comuns às propostas apresentadas, a decisão sobre o qual recairia o tema a escolher, teria lugar na reunião da Comissão seguinte.

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 178/XII/ 4.ª SL

3. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que visa facilitar o intercâmbio transfronteiras de informações relativas a infrações de trânsito relacionadas com a segurança rodoviária [COM(2014)476], objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas.

Deputado Autor do Parecer: Francisco Freitas Gomes (PSD)

O Senhor Deputado Francisco Freitas Gomes (PSD) apresentou o Parecer sobre a iniciativa em apreço.

Interveio a Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) para se pronunciar sobre o ponto 10 da Parte II – Considerandos, designadamente em matéria de proteção de dados. Começou por mencionar a referência feita no Parecer sobre a conformidade da proposta de Diretiva em apreciação com as políticas da UE em matéria de proteção da saúde humana e do ambiente. Neste caso, perguntava se o Autor do Parecer pretendia aludir à proteção de dados, em vez da referência às políticas mencionadas.

O Senhor Deputado Francisco Freitas Gomes (PSD) respondeu que, tratando-se de um assunto em que estavam em causa a partilha de dados de identidade dos condutores que cometem infrações, o assunto referia-se à privacidade e à proteção de dados.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) interveio para dizer que o Autor do Parecer e o relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas referiam que não era violado o princípio da subsidiariedade. Para o PCP podia estar em causa esse princípio. Lembrou que, aquando da discussão em Portugal sobre a introdução das SCUT e do identificador, a questão da proteção dos dados e da violação da privacidade tinha sido amplamente discutida. O que estava em causa, agora, era um mecanismo semelhante. O PCP não se opunha à

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 178/XII/ 4.ª SL

cooperação entre os Estados-Membros mas tinha reservas e dúvidas quanto à disponibilização dos dados e por isso, votariam contra, na medida em que, o princípio da subsidiariedade poderia estar comprometido.

O Senhor Deputado José Ribeiro e Castro (CDS-PP) usou da palavra para mencionar que a preocupação manifestada pelo PCP era legítima, porquanto se tratava de uma matéria de grande sensibilidade e ao nível intra europeu seria de acautelar, sugerindo a inclusão dessa nota, no Parecer. Havia que ter cautela quanto ao acesso transnacional relativo ao registo de dados.

O Senhor Presidente destacou que o PCP tinha levantado a questão da proteção de dados. Na exposição de motivos do texto da iniciativa europeia em apreciação as questões estavam separadas. A posição do legislador era diferente da Diretiva anulada porque sendo feita ao abrigo do artigo 91.º, n.º 1, alínea c) do TFUE, as disposições gerais sobre a proteção de dados, previstas na anterior Diretiva, eram aplicadas.

O Senhor Deputado João Lobo (PSD) sublinhou que o assunto em apreciação estava relacionado com as questões de proteção ambiental e da saúde humana, tendo em conta as regras em vigor da saúde pública. Em relação à matéria atinente à proteção de dados pessoais era relevante fazer-se referência à harmonização da nossa posição com as decisões do Tribunal de Justiça Europeu.

O Senhor Presidente interveio, de seguida, para dizer que o que anteriormente tinha referido estava contido no ponto 13 do texto do Parecer em apreciação.

Após o período de debate em torno do assunto, O Senhor Presidente deu nota das alterações a incluir no Parecer em apreciação:

Parte II – Considerandos

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 178/XII/ 4.ª SL

10 – É, também, mencionado que, tal como no caso da diretiva anulada, a presente proposta está conforme com as políticas da UE **em matéria de proteção de dados.**

Nota: a expressão “...em matéria de proteção da saúde humana e do ambiente” foi alterada para “...em matéria de proteção de dados”.

13 – (...)

Deve ser prestada particular atenção à necessidade do respeito nesta matéria pela legislação europeia relativa à proteção de dados, como se afirma na exposição de motivos da proposta de Diretiva.

Nota: foi acrescentado o parágrafo acima mencionado.

Parte III – Parecer

(...)

2. Deve ser prestada particular atenção à necessidade do respeito nesta matéria pela legislação europeia relativa à proteção de dados, como se afirma na exposição de motivos da proposta de Diretiva.
3. Em relação à iniciativa em análise, o processo de escrutínio está concluído.

Nota: foi introduzido um novo ponto 2 e o ponto 2 anterior passou a ser o ponto 3.

Submetido a votação o Parecer foi aprovado, com as alterações mencionadas, com os votos a favor do PSD, PS e CDS-PP e o voto contra do PCP, registando-se a ausência do BE.

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 178/XII/ 4.ª SL

b) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Parecer da Comissão sobre a iniciativa tendo em vista um regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Decisão 2005/681/JAI que cria a Academia Europeia de Polícia (AEP) apresentada por Bélgica, Bulgária, República Checa, Alemanha, Estónia, Grécia, Espanha, França, Croácia, Itália, Chipre, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Hungria, Malta, Países Baixos, Áustria, Polónia, Portugal, Roménia, Eslovénia, Eslováquia, Finlândia e Suécia [COM(2014)7], objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Deputada Autora do Parecer: Catarina Martins (BE)

A pedido da Senhora Deputada Autora do Parecer foi o mesmo adiado para a reunião seguinte.

c) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Evolução da situação do mercado do leite e dos produtos lácteos e da aplicação das disposições relativas ao «pacote do leite» [COM(2014)354], objeto de relatório da Comissão de Agricultura e Mar.

Deputado Autor do Parecer: Ivo Oliveira (PS)

A pedido do Senhor Deputado Autor do Parecer foi o mesmo adiado para a reunião seguinte.

4. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Eficiência energética e a sua contribuição para a segurança energética e o quadro político para o clima e a energia para 2030 [COM(2014)520], objeto de Relatório da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Autor do Parecer: cabe ao PS

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 178/XII/ 4.ª SL

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autor do Parecer, o Senhor Deputado António Cardoso.

b) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Como conseguir uma Europa aberta e segura [COM(2014)154], objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Deputado Autor do Parecer: cabe ao PSD

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer, o Senhor Deputado João Lobo.

c) LIVRO VERDE - Aproveitar ao máximo o saber-fazer tradicional da Europa: a eventual extensão da proteção das indicações geográficas da União Europeia aos produtos não agrícolas Texto relevante para efeitos do EEE [COM(2014)469], objeto de Relatório da Comissão de Educação, Ciência e Cultura.

Deputado Autor do Parecer: cabe ao PSD

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autora do Parecer, a Senhora Deputada Paula Gonçalves.

d) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Rumo a uma abordagem integrada do património cultural europeu [COM(2014)477] objeto de Relatório da Comissão de Educação, Ciência e Cultura.

Deputado Autor do Parecer: cabe ao PS

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autor do Parecer, o Senhor Deputado Bravo Nico.

e) Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura e à aplicação provisória do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a União Europeia e as Ilhas Faroé, que associa as Ilhas Faroé ao

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 178/XII/ 4.ª SL

Horizonte 2020 - Programa-Quadro de Investigação e Inovação (2014-2020) [COM(2014)495] e Proposta de Decisão do Conselho relativa à assinatura e à aplicação provisória do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a União Europeia e as Ilhas Faroé, que associa as Ilhas Faroé ao Horizonte 2020 - Programa-Quadro de Investigação e Inovação (2014-2020) [COM(2014)496], objeto de Relatório da Comissão de Educação, Ciência e Cultura.

Deputado Autor do Parecer: cabe ao PSD

O Senhor Presidente, tendo primeiramente, submetido à consideração dos Senhores Deputados o escrutínio pela CAE destas duas iniciativas europeias, foi deliberado não nomear Autor de Parecer.

5. Apreciação e votação da Ata n.º 177/XII relativa à reunião de 30 setembro de 2014.

Submetida a votação, a Ata n.º 177/XII relativa à reunião de 30 setembro de 2014 foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

A reunião foi encerrada às 11:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 outubro 2014.

O PRESIDENTE

(PAULO MOTA PINTO)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 178/XII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Cardoso
António Rodrigues
Bravo Nico
Carla Cruz
Carlos Costa Neves
Carlos São Martinho
Gabriel Côrte-Real Goucha
Ivo Oliveira
João Lobo
José Ribeiro e Castro
Paula Gonçalves
Paulo Mota Pinto
Vitalino Canas
Francisco Gomes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Catarina Martins
Duarte Marques
Jacinto Serrão
Nuno Filipe Matias
Rui Barreto
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Ana Catarina Mendonça Mendes